

O Programa Cultura Viva do MinC*

O programa Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social.

Encantamento social pressupõe envolvimento intelectual e afetivo, criando uma mágica motivadora em que as pessoas cada vez mais são estimuladas a criar e participar. No entanto, “se o povo sabe o que quer, ele também quer o que não sabe”.¹ Para saber é preciso conhecer, formar gosto, ganhar competência para interpretar signos e códigos. O papel da coordenação do programa será o de fomentar o processo de reinterpretação cultural, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo.

“Aqui se faz cultura” pode ser um dos lemas dos Pontos de Cultura, que, ao serem reconhecidos como sujeitos, também reconhecem os outros, intensificando a troca entre si.

O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades. São objetivos do Cultura Viva: ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, tendo na cultura “a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a forma como o povo se reinventa e pensa criticamente”; incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira como um todo; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações

* Extraído de: *Revista Cultura Viva*. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília: MinC, 2004.



que nos envolve a todos”; estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem; promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direitos e economia.

Qual o público prioritário do Cultura Viva?

Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios; adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; estudantes da rede básica de ensino público; habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro; comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos; agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural; e todo brasileiro que sonha com uma cultura viva.

O Programa Cultura Viva é constituído das ações descritas a seguir.

Ponto de Cultura

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem graduação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si.

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo.

A adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária e dá-se a partir de chamamento público, por edital. O Ponto pode ser instalado em uma pequena casa, ou barracão, em um grande centro cultural, ou museu... Basta que os agentes da cultura viva se apresentem e se ofereçam. A partir do Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima que mantém suas instalações e recursos fechados à comunidade



do entorno, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, a garagem de algum voluntário que sonhou com (e fez) uma biblioteca comunitária. Até – por que não? – a sombra de uma árvore.

São inúmeras as possibilidades de combinação de ações a partir das disponibilidades vinculadas à dinâmica própria de cada comunidade. A partir dessa dinâmica, serão definidas as necessidades de instalação física e de equipamentos de cada Ponto de Cultura. Em um deles, o eixo pode ser a capoeira; em outro, um estúdio de gravação de *bip-hop*; em outro ainda, uma oficina de restauração, grupo de teatro ou de mímica, oficina de produção de textos e roteiros, atividades circenses, coral, círculo de leitura, cineclube, produção de programas para radiodifusão, balé moderno ou clássico, pólo de produção de vídeo digital, *break* ou danças regionais, oficina de escultura ou desenho, aula de violão ou percussão. Quem escolhe é o povo. Às escolhas, o Ministério da Cultura agregará novas ações e circuitos culturais. Pontos de diferentes matizes estarão instigando seus pares. Até que o eixo de cada Ponto passe a agregar novos eixos e a partir de um ponto surja uma espiral.

Enfim, o Ponto de Cultura será “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País (...)”; “será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens.

O espaço de disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção”.

Para ser um Ponto de Cultura

Deve-se participar do edital de divulgação do Ministério da Cultura, enviando projeto para análise da Comissão Nacional de Avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais. Havendo a inclusão por seleção, será celebrado convênio com o Ministério da Cultura. Após esses passos, o Ponto recebe: até 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto; 50 bolsas do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de 150 reais, para jovens de 14 a 25 anos. Cada bolsa tem a duração de seis meses. Findo o prazo, outro jovem é selecionado. O jovem ganha para desenvolver o projeto do Ponto e frequentar cursos que o capacitem para gerar renda própria a partir da cultura, e melhor exercer sua cidadania.

Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de 25 mil reais, deverá ser utilizada para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar cd, câmera digital, ilha de imagem e o que seja importante para o Ponto. Os equipamentos conectam-se por meio de internet banda larga, tecendo uma grande rede de Pontos



espalhados pelo Brasil e pelo exterior, na qual circularão imagens, sons e produtos – base de um sistema de produção material e imaterial compartilhada. Para o melhor desempenho dessa ação, há conversações em andamento entre o Ministério da Cultura e o Programa G-sac, do Ministério das Comunicações.

Os Pontões

Quando em uma localidade houver certa “densidade” de Pontos de Cultura, o Ministério da Cultura proporá a constituição de Pontões. Grupos de Pontos e governos locais também poderão fazê-lo.

Os Pontões serão espaços culturais, aproveitados ou construídos, geridos em consórcio pelos Pontos de Cultura, que receberão recursos de até 500 mil reais/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dará por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais, e sua missão será a de constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos.

Governos estaduais e prefeituras

A participação do poder público local no Cultura Viva poderá ser de três formas: como proponente de um ou mais Pontos de Cultura. Neste caso, deve-se participar de edital específico para instituições governamentais; como parceiro de um ou mais projetos,

oferecendo apoio e orientando projetos no âmbito de sua comunidade. Neste caso, o proponente será uma entidade; como co-gestor com o Ministério da Cultura na seleção de projetos de Pontos de Cultura no âmbito de sua área administrativa. Neste caso, já não é proponente de projeto, nem parceiro de entidade: é concedente e disponibiliza parte de seus recursos para a implementação dos projetos.

Pontos de Cultura no exterior

Como parte integrante da política externa traçada pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, fundada na cooperação internacional e na afirmação do País como Nação soberana, o Cultura Viva planeja localizar Pontos de Cultura nas comunidades de brasileiros residentes no exterior, nos Países do Mercosul e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Portugal, África e Ásia).

Cada Ponto receberá 30 mil dólares/ano, que serão captados junto a empresas, organismos multilaterais e governos amigos. Esses Pontos, conectados aos Pontos do território brasileiro, formarão uma rede internacional de produção compartilhada e de troca de produtos simbólicos, fortalecendo a relação sul-sul, horizontalizando a relação sul-norte e colaborando com a construção de uma corrente solidária e contra-hegemônica.



Agente Cultura Viva

O Agente Cultura Viva é a ação que se articula ao Ponto de Cultura para incitar no jovem o interesse em iniciar, futuramente, uma profissão relacionada à cultura. Serão jovens de 16 a 24 anos que, durante seis meses, receberão um auxílio financeiro de 150 reais por mês para desenvolver ações previstas no projeto de seu Ponto de Cultura. Onde for Maracatu ou escola de samba: confecção de fantasias, oficinas musicais...; com *hip-hop*, grafiteagem, DJ, organização de eventos; nos Pontos em que houver uma ação com o audiovisual: capacitação em roteiro, câmera... assim por diante. A capacitação específica é definida pelo Ponto de Cultura e a coordenação do programa contribui com o acompanhamento em educação popular, empreendedorismo cultural e micro-crédito. O objetivo é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária.

O Agente Cultura Viva é uma parceria com o programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego e beneficiará aproximadamente 100 mil jovens até 2006. Além das bolsas e dos cursos, eles terão acesso aos mecanismos que facilitem a emissão de carteira de trabalho e previdência social e a outros programas e ações promovidos pelo Governo Federal.

Cultura Digital

A ação Cultura Digital é o instrumento que permitirá a apreensão do que existe de mais

“palpável na cultura brasileira, o nosso patrimônio imaterial” (discurso no ato de entrega do Prêmio Mérito Cultural – Ministro Gilberto Gil), dando visibilidade e circulação à produção dos Pontos de Cultura: os tambores do Tocantins, o samba do Recôncavo, a ciranda de Pernambuco, a viola do Brasil Central...

Com a Cultura Digital, as comunidades poderão gravar sua própria imagem, como acontece com o Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias, com os índios Ashaninka e Kaxinawá, no estado do Acre, em que há uma inversão no tradicional processo de registro da imagem audiovisual das manifestações populares. Ao invés de serem filmados por um olhar externo, os índios são capacitados para utilizar uma câmera de filmagem, fazer roteiros e edição, e assim, se apresentam por eles mesmos. Outro Ponto de Cultura, Thydewá – índios *online* –, apresenta um processo semelhante interligando em rede os índios do nordeste brasileiro, principalmente nos estados da Bahia e Alagoas; as comunidades estão sendo capacitadas para produzir a sua página na internet, criando um sistema de comunicação próprio, fortalecendo o seu protagonismo.

Com a Cultura Digital, cada Ponto recebe um estúdio multimídia. Um equipamento nada sofisticado, quase caseiro (mesa em dois canais de áudio, filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição), mas permite gravar um cd, produzir um vídeo, colocar uma rádio no ar e uma página na internet, tudo com programas em



software livre. O equipamento digital deixa de ser apenas um meio, uma ferramenta e passa a ser entendido em sua dimensão filosófica, por isso o tratamos como cultura. Desta forma, cada comunidade pode gravar sua música, registrar sua imagem e colocá-las no ar, exercitando o processo de troca cultural entre os Pontos. Pela internet será possível produzir um programa de rádio com pessoas em diversas regiões do País (e mesmo em outros Países), ou então compor uma música coletivamente, experimentar novos sons, ritmos, timbres...; juntar tambores japoneses, o *Taykô*, com percussão baiana.

A manipulação destas tecnologias em *software* livre assume uma dimensão estratégica, não pela questão de custos dos programas, o que já seria justificável, mas pelo conceito. Operar em *software* livre significa que o código fonte dos programas estará aberto, podendo ser modificado e melhorado por toda a comunidade que o utiliza. Isto é autonomia, poder. Ao contrário de capacitar as pessoas apenas para aprender a “mexer” nos programas, tornando-as escravas da máquina (e dos donos dos programas), pretendemos que nos Pontos de Cultura elas se desenvolvam como sujeitos de sua própria transformação. O *software* livre traz consigo conceitos e práticas de compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual e trabalho colaborativo, estabelecendo um novo patamar de vida social.

Uma rede digital interligando todos os Pontos de Cultura viabilizará, em escala nacional, experiências de compartilhamento da gestão pública, inovando no processo de controle e

participação em políticas públicas. Trata-se de uma tentativa de adotar uma concepção ampliada de política na qual a sociedade civil deve ocupar espaços participativos de deliberação pública, sem ter que assumir responsabilidades que deveriam ser próprias do Estado, preservando sua autonomia.

Escola Viva

A ação Escola Viva tem como objetivo integrar os Pontos à escola de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Desta forma, o programa estará contribuindo para a expansão do capital social brasileiro – primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, no qual o “saber-fazer” e o “saber-ser” de cada canto do País possam ser alargados e aprofundados, mantendo-se aberto à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania.

Com esta ação poderemos resgatar a interação entre cultura e educação, sem que haja distinção de valor e de atitude entre emoções, sentimentos, pensamento e conhecimento, de modo que a cultura seja praticada como uma forma de inteligibilidade da identidade nacional, da emoção. A cultura em suas diversas linguagens não será tratada apenas como representação, mas também como construção estética do ser brasileiro.



Griôs – Mestres dos saberes

Griô é o “abrasileiramento” da palavra francesa *griot*, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas. Movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral (“a morte de um *griot* representa um incêndio em uma biblioteca”, diziam), consolidaram um conceito e uma atividade secular entre seu povo, também expressado na palavra *dielis*.

São pessoas que por diversas razões, circunstâncias e habilidades, acumularam conhecimentos que pertencem às suas comunidades e que podemos entender como “patrimônio cultural imaterial”. São as práticas, representações, expressões e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes

são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração a geração.

Aproximando-se do Programa Living Human Treasures – literalmente: Tesouros Humanos Vivos –, da UNESCO, a ação Griô – Mestres dos Saberes – visa preservar esses bens, incentivando a transmissão desses conhecimentos acumulados, das habilidades, do “saber fazer”.

Como forma de potencializar essas ações que já ocorrem, o programa buscará parcerias com os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Educação para dar apoio financeiro e material a esses Mestres dos Saberes, para que continuem, com menos dificuldades, a preservar e reinventar nossa cultura.

Investimentos federais no Programa Cultura Viva

Tabela 1
Repasso Direto para os Pontos de Cultura
(Entidades Não-Governamentais)

Ano	Verba em R\$	Pontos de Cultura
2005	32.000.000,00	500
2006	54.000.000,00	1.000
2007	65.000.000,00	1.000



Tabela 2
Repassse Direto a Estados e Municípios para
Fomentarem Redes Pontos de Cultura

Ano	Verba em R\$
2005	15.000.000,00
2006	20.000.000,00
2007	25.000.000,00

Tabela 3
Gestão, Capacitação e Acompanhamento
da Rede Cultura Viva - Pontos de Cultura

Ano	Verba em R\$
2005	14.000.000,00
2006	14.000.000,00
2007	14.000.000,00

Tabela 4
Total de Repasses

Ano	Verba em R\$
2005	61.000.000,00
2006	88.000.000,00
2007	104.000.000,00
Total Geral	253.000.000,00

O repasse para o segundo edital terá o valor máximo total de R\$ 185.000,00, por Ponto de Cultura, distribuídos em cinco parcelas semestrais, sendo R\$ 50.000,00 para o 1º semestre (inclusive repasse para compra de equipamentos

de cultura digital), R\$ 30.000,00 no 2º semestre e R\$ 35.000,00 para os 3º, 4º e 5º semestres. Pontão de Cultura – R\$ 500.000,00 por Pontão/ano. Ponto de Cultura no Exterior – US\$ 30.000,00 por Ponto/ano.



Gestão cultural compartilhada e transformadora: um conceito de política pública em construção

O Cultura Viva é um programa em construção, e sua própria definição metodológica e conceitual irá se desenvolver no processo de sua aplicação, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. Desta forma, os conceitos podem ser modificados, ou apurados durante o processo. No entanto, é possível levantar alguns aspectos essenciais para a construção de um diálogo comum entre coordenação do programa, Pontos de Cultura, Conselho Consultivo e todos os outros setores da sociedade que desejem participar da discussão. São eles:

Potencialização e encantamento social

“O Ponto de Cultura já é!” (Preto Ghozé – *rapper*). Esta afirmação, feita por um dos colaboradores iniciais do programa Cultura Viva, referia-se ao processo desencadeado pelo primeiro edital de chamamento público para a escolha de projetos para Pontos de Cultura. Para ele, o que mais importava era o processo de discussão que a idéia havia desencadeado, aglutinando energias, antes dispersas, e não o fato de uma proposta vir a ser aprovada, pois a ação antecedia o Ponto. Preto Ghozé era um dos organizadores do MHHOB – Movimento do Hip-Hop Organizado do Brasil - e vivia na periferia pobre de São Paulo.

Ele procurava fundir o *rap* com as expressões mais profundas de nosso povo, reencontrando-se com o Bumba-meu-Boi do Maranhão, seu estado natal. Infelizmente, uma fatalidade fez com que ele nos deixasse mais cedo.

A principal contribuição do Cultura Viva, talvez, seja exatamente essa: potencializar aquilo que “já é”. E fazê-lo numa perspectiva de repensar o Estado, ampliando suas definições e funções, escancarando as portas para partilhar poder e conhecimento com tradicionais e novos sujeitos sociais, dividindo espaços e novas possibilidades. “Quando os todopoderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra” (Terry Eagleton - *A Ideologia da Estética*). Com o Edital Público de Divulgação criamos um instrumento de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, pelo qual, gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e de aprendizado mútuos, e estes, apresentam suas propostas a partir de suas realidades e necessidades.

Quem diz que o povo brasileiro é pouco organizado nunca viu uma escola de samba entrar na avenida. São centenas, milhares de pessoas (no Rio de Janeiro há escolas de samba com 5.000 integrantes) em um tumulto aparente. De repente, ao som de um apito, ao movimento de um único braço, elas se colocam em desfile, formando a maior ópera popular do mundo.



Diversas alas, alegorias, passistas, baianas, tudo em um movimento sincronizado, expressando a tradição e a memória do povo na rua. Por isso, potencializar e reencantar.

Compartilhar e transformar

Na busca por novos caminhos começamos a desenvolver a idéia de uma gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura. A intenção é estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade. Esta, em lugar de ser chamada apenas para dizer o que quer, começa a dizer como quer. Esse processo tem início com o Edital para seleção dos Pontos, numa situação em que o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e o movimento social diz como e em que utilizará os recursos.

A gestão do Ponto de Cultura começa a partir do convênio que é assinado entre o Ministério da Cultura e os proponentes, definindo responsabilidades e direitos, firmando um pacto entre Estado e sociedade. O modelo de gestão precisa ser flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um Ponto de Cultura. Durante o processo, sem dúvida, haverá uma tensão: por um lado, o movimento social apropriando-se de mecanismos de gestão, de recursos públicos, por outro lado, o Estado, com seu aparato burocrático, normas e regras rígidas.

A partir desta interação poderemos estar construindo um novo tipo de Estado, ampliado, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou. E o Estado não se enfraquece (como acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, se fortalece, se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato.

Há o risco de que, neste processo, a sociedade vá se burocratizando, perdendo espontaneidade e até mesmo sendo cooptada. Diante desta perspectiva, o elemento político surge como o único capaz de evitar a cooptação das entidades que integram a sociedade civil, preservando relativamente sua autonomia. Nesse caso, entende-se por cooptação a contaminação do “mundo da vida” pelo “mundo dos sistemas” (Estado e mercado). Para se contrapor a isso, poderemos encorajar uma ação, que desenvolva e fortaleça as estruturas que possam promover um melhor entendimento e uma melhor comunicação entre esses “mundos”. Quem sabe o Ponto de Cultura seja um elo de “Ação Comunicativa”, como na teoria de Jürgen Habermas?

Autonomia

O Ponto de Cultura deve funcionar respeitando a dinâmica própria local, não importando se tem ou não um Ponto de Cultura, de ter ou não investimento do Estado. Alguns movimentos culturais de Pernambuco, por exemplo,



apresentaram suas propostas vinculadas ao Maracatu, enfatizando o funcionamento de suas orquestras, que continuarão saindo pelas ruas ou fazendas, com o grande chapéu-de-sol vermelho, lembrando os reis da África, suas lantejoulas, tambores, chocalhos e gonguês. Outros movimentos propuseram a criação de oficinas de aprendizado e criação da indumentária do Maracatu. São estas ações que garantem a vitalidade de cada grupo e de sua cultura. Com o Programa Cultura Viva, eles adquirem instrumentos mais estáveis para articular suas atividades, dando continuidade aos seus próprios saberes e fazeres.

Apenas este aspecto isolado não significa a conquista de uma autonomia plena. Nos últimos vinte anos, políticas públicas pensadas nos marcos do ideário liberal, têm se apropriado do vocabulário usado pelos movimentos sociais de resistência e combate ao autoritarismo de governo e propõem a autonomia como uma simples transferência de responsabilidades. Autonomia não se dá. Adquire-se no processo, na relação entre os pares (os outros Pontos de Cultura), na interação com a autoridade (sociedade-Estado) e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural.

Ao concebermos autonomia como práticas, como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade, poderemos traduzi-la como trabalho social, político e cultural. Nesse sentido, não é alguma prática futura, nem espontânea, nem mesmo uma técnica social, política ou cultural, mas a

própria realização, os atos concretos de participação e afirmação social.

Protagonismo

O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas. Entretanto, a gestão pública de cultura pensada nos marcos do liberalismo (“cultura é um bom negócio!”) e do iluminismo (“levar luzes à inculta massa”) não retira dos movimentos sociais apenas a sua autonomia, mas rouba-lhes o que talvez lhes seja ainda mais caro: o protagonismo.

Quando as políticas não reconhecem a criação cultural da panela de Goiabeira do Espírito Santo ou do mestre dos brinquedos do Vale do Jequitinhonha, excluindo-os de pronto de seus objetivos ou, no máximo, tratando como folclore (“Cultura em conserva”, segundo Roger Bastide), e como expressões “simples” da cultura, o protagonismo das comunidades é abafado. Esse não reconhecimento tem por matriz um conceito de cultura vinculado ao de civilização. Cultura é aí pensada como o meio pelo qual se mede o “desenvolvimento” e o “progresso”, a modernização da Nação. E “os simples” precisam ser escondidos, colocados “em seu devido lugar”: uma peça de museu, um artesanato ingênuo.



Destas concepções, nasce o “dirigismo” na gestão pública de cultura. Quando são criados parâmetros de reconhecimento e validade para algumas manifestações culturais e não para outras, o patrimônio cultural da sociedade fica incompleto, apartando a imensa maioria da população do pleno exercício do poder. Apresentar a elite como única detentora de um saber e do bom gosto é uma forma de assegurar a sobrevivência de regimes sociais e formas de dominação, de legitimação de classe. Aos “outros”, aos “simples”, é oferecida uma cultura pasteurizada, feita para atender necessidades e gostos medianos de um público que não deve questionar o que consome.

Por isso, o protagonismo se faz tão essencial no processo de construção dos Pontos de Cultura, registrando uma marca, erigindo uma bandeira a ser exposta na frente de cada Ponto, e lembrando a todos que “Aqui se faz cultura”.

Empoderamento

“Revogai da intolerância a lei, devolvi o chão a quem do chão foi tirado”. (Gilberto Gil – *Oração pela libertação da África do Sul*). O Ponto de Cultura da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas pode ser uma referência importante de empoderamento social. A comunidade foi criada por volta do século XVIII e viveu no isolamento, cercada por morros no interior de Pernambuco, até meados

do século XX. Ainda no século XVIII, as crioulas emancipadas da escravidão adquiriram as terras em que viviam, porém a luta pela posse da terra dura até os dias de hoje. Havendo conseguido, em 2000, o título de posse, os quilombolas ainda reivindicam melhores terras, que foram tomadas por fazendeiros ao longo da história do quilombo, restando a eles apenas as encostas dos morros, impróprias para o cultivo agrícola. No final de 2004, sua sede sofreu uma tentativa de incêndio e seus membros sofrem ameaças até hoje. Com seu projeto integrando o Programa Cultura Viva, cujo objetivo é a capacitação de jovens quilombolas para a radiodifusão e produção cultural, a entidade conta agora com mais um instrumento na sua luta política: a participação na rede de Pontos de Cultura, alterando a relação com o poder local e reforçando a sua cidadania.

Entendido como um processo, o empoderamento social nos Pontos de Cultura pode ser caracterizado como o instrumento pelo qual podem se transformar as relações econômicas e de poder. Como o programa visa potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados das políticas públicas, cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Da mesma forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e a reconhecê-los.



Unindo os conceitos

Autonomia, protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos. São conceitos em construção e seus significados só ganham relevância na proporção em que se relacionam e quando expressam as experiências dos próprios Pontos de Cultura, contribuindo para a construção de uma gestão compartilhada e transformadora.

Tradição, memória e ruptura

A integração das noções e conceitos para uma gestão compartilhada e transformadora, não como amarração, mas como o início de um processo novo, se expressa na relação dialética aqui subjacente e pressuposta entre tradição, memória e ruptura. “Tradição enquanto ponto de partida, memória como reinterpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro”.

Estudiosos e especialistas, recorrentemente, dividem os movimentos sociais entre duas categorias distintas. Os movimentos sociais definidos como “institucionalizados” abarcam os sindicatos, as associações de moradores, as associações estudantis, etc., que se expressam em sistemas de poder hierarquizado em graus e escalões, atribuições de postos, definição rígida de papéis e fluxos de relacionamento pré-estabelecidos; segmentação setorial e competitividade interna. Este modelo de organização social sofreu sério desgaste a partir dos anos 1990 e tem encontrado muita dificuldade em

responder às demandas dos próprios setores que pretendem representar.

Em uma outra categoria, são identificados os chamados “novos” movimentos sociais, cuja referência pode ser encontrada no movimento *hip-hop*, nas rádios comunitárias, nas cooperativas; e nos de caráter identitário, como os movimentos de mulheres, de homossexuais, etc. Apesar de estarem enquadrados em uma mesma categoria, esses movimentos têm origem social muito diferenciada, uns nasceram na periferia das grandes cidades em busca de conexões de solidariedade para um “mundo” excluído; outros nasceram na classe média em busca de conexões de identidade setorial. Ainda que possam ser vistos como momentos diferentes que congregam sujeitos sociais bem diferentes, podem ser referências importantes para a construção de novas relações entre Estado e sociedade.

Uma outra parcela das organizações sociais que, inclusive, tem respondido de forma original e imediata aos apelos do Cultura Viva, é vinculada às comunidades tradicionais e a iniciativas não propriamente de caráter reivindicatório definidas, como aquelas organizações das comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais e populares como a capoeira, etc. Se, por um lado, o “estar à margem” imunizou suas organizações dos dilemas dos movimentos sociais tradicionais, preservando sua fluidez e agilidade, por outro, “guetizou-os” e apartou-os de um movimento de mudanças mais largo.



Sem o diálogo com o entorno, muitos desses movimentos não se renovaram e permaneceram escondidos e ensimesmados. Convenientemente classificados na categoria folclore ou, ainda, como movimentos populares, permanecem inacessíveis e incompreensíveis a outros setores sociais, que muito têm a aprender com a leveza e a descomplicação de suas formas organizativas e com a dialética tradição-invenção que caracteriza suas ações. É, portanto, nesse sentido que o Cultura Viva busca articular tradição, memória e ruptura.

Desenvolvimento aproximal

Na cultura, são velhas conhecidas as tentativas de “dirigismo” de Estado bem como as imposições do mercado. Por isso a busca de outros caminhos. A princípio, Cultura Viva pode soar redundante, afinal, toda cultura deveria ser viva. Mas nem sempre é assim. A cultura também se fossiliza, burocratizando o processo criativo e reafirmando preconceitos e segregações. Por exemplo: até o século XIX, a escravidão era um dado da cultura nacional, e agora, no século XXI, a presença de crianças abandonadas nas ruas é considerada natural. “Dar de ombros” a esta e a outras iniquidades é uma característica cultural de boa parte da elite brasileira, que só consegue se indignar com a pobreza quando esta se transforma em violência urbana. Por isso, faz-se tão necessário buscar uma cultura viva, pujante, que incorpore a idéia de mudança. Mudança que só será real se

envolver uma efetiva transformação de conceitos e métodos. Principalmente, se for resultado de uma efetiva consciência da sociedade. E consciência não se impõe.

Aqui estamos tentando mais uma experimentação com o Cultura Viva. O educador russo, Vygotsky, no livro *A Formação Social da Mente*, propunha o desenvolvimento aproximal como uma nova abordagem para o processo de construção do conhecimento. Seu estudo original refere-se ao aprendizado infantil, mas pode ser transposto para a sociedade. A idéia é a de que o desenvolvimento seja desencadeado pela aproximação, pelo contato com a realidade a partir de experiências vivenciadas e comparadas. Em nosso caso, nem dirigismo de Estado, nem imposições de mercado, mas aproximação entre equivalentes; entre o povo, que produz, cria e transforma a cultura. O papel da coordenação neste caso, será o de facilitador desta aproximação e o dos Pontos de Cultura, o de mediador.

Gestão em rede

O Cultura Viva é uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais inovadoras e o Ponto de Cultura é a ponta desta rede, um organizador da cultura em nível local, um centro de referência para novas conexões em rede. Enquanto o Cultura Viva pode ser identificado como uma macro-rede, o Ponto de Cultura pode ser definido como uma micro-rede.



A capacidade para buscar micro-soluções a partir da construção de redes locais e a disposição para se conectar em rede, foi um dos critérios para a escolha dos Pontos de Cultura e pode dar materialidade à expressão “pense globalmente, aja localmente”.

Concebido de modo orgânico e dinâmico, o Ponto de Cultura pode acontecer em qualquer espaço, desde um pequeno espaço comunitário até um grande centro cultural, com cinema e sala de espetáculos. Entre os primeiros Pontos, há um que funcionará em uma Oca, outro em um coreto de uma praça pública, e até sob a sombra de uma árvore. Mas também entraram na rede, propostas instaladas em imóveis tombados pelo patrimônio histórico, que já dispõem de sala de cinema, sala de espetáculos, telecentro... O importante é a disposição de incorporar aqueles que raramente são lembrados. Por isso, as maiores favelas do Rio de Janeiro já contam com pelo menos um Ponto de Cultura em cada uma delas: na Mangueira, uma Orquestra de Violinos; no Vidigal, teatro e cinema; em Padre Miguel, velhos sambistas se unem a crianças e jovens; na Rocinha, uma “brinquedoteca”. Também foram escolhidos Pontos na zona sul e no extremo leste de São Paulo, áreas mais pobres da mais rica cidade do País, ou então, em assentamentos rurais de brasileiros sem-terra. E para a região Amazônica, em breve, estará funcionando um Pontão em um barco, e seu objetivo será auxiliar na abertura de novos Pontos junto às comunidades ribeirinhas.

Formada a rede, a comunicação entre os Pontos crescerá, pois todos eles recebem um

equipamento de cultura digital e conexão por internet banda larga, além do Portal Cultura Viva. Com isso a aproximação fica mais ágil e os Pontos podem conversar entre si, trocar experiências, definir identidades. Um garoto do movimento *hip-hop* na zona sul de São Paulo pode começar a perceber que não é só o *rap* que produz música com ritmo e poesia. Tem a palavra cantada dos repentistas do sertão nordestino, o coco de umbigada... Em suma, “as redes são veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (Milton Santos, *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*). E um novo tipo de troca se estabelece, tanto em redes locais a partir do Ponto, como globais por afinidade temática, territorial (rede estudantil, da terra, de percussão, de dança, literária). Por estados e regiões, como a bacia hidrográfica do São Francisco, o Recôncavo Baiano e todas as outras múltiplas possibilidades a serem inventadas quando as pessoas se unem.

Se os “dirigismos” de Estado e as imposições do mercado são nossos velhos conhecidos, a formação de uma equipe de “gestores” do programa vem se somar às possibilidades de reverter essas práticas. O referencial de trabalho dos gestores deve ser a demanda dos próprios Pontos de Cultura, invertendo o papel tradicional dos gestores como tutores de sujeitos coletivos, vistos como incapazes de realizar autonomamente suas ações.



O Programa Cultura Viva procura apresentar uma abordagem de gestão que leve em conta os “pequenos” e localizados contextos sociais, ajudando a repensar os programas de políticas públicas que tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e de tendências anacrônicas. Um resultado correlato do programa é a experimentação de um processo que visa transformar o papel do Estado e de suas políticas públicas, quando este, paulatinamente, deixa de ser um controlador dos processos sociais para tornar-se um facilitador das demandas da sociedade civil.

Global/local

Da troca surge o novo. As culturas se desenvolvem desta forma. O problema é que os modelos mais comuns são os que estabelecem a troca de um modo desigual, por imposição. A cultura européia foi transposta para o continente que conhecemos por América pela força de uma ocupação que destruiu culturas e matou milhões de indígenas. Estados nacionais definiram objetivos que nem sempre foram ao encontro dos seus povos. E o mercado continua impondo, com mais força que os Estados, a uniformização e a pasteurização de gostos e estilos artísticos, com o único objetivo de maximizar lucros a partir da venda de produtos culturais em escala. É a globalização. O que se pretende, ao facilitar a aproximação entre os Pontos de Cultura, é experimentar um modelo novo, em que a troca cultural se estabeleça com equilíbrio entre as partes.

A rede Cultura Viva possibilita (esse é o nosso desejo) o ensaio de um novo tipo de trocas simbólicas, onde a conexão local se articula com a global. Quem sabe com isso não estamos criando uma nova palavra, “glocal”, que poderia expressar um conceito diferente de globalização, estabelecido a partir das necessidades e particularidades locais e não por imposição de um centro único. Uma globalização mais tolerante, onde o local definiria como e em que condições a conexão deve se dar.

A dimensão do desenvolvimento na Cultura

Num momento em que o combate à pobreza está ocupando o centro do debate político e econômico nacional, depois de décadas em que o problema permaneceu longe dos holofotes, o Governo Federal, em seus programas sociais, vem chamando a atenção para a cultura como importante fator de desenvolvimento social e econômico, como desenvolvimento humano. Esta preocupação se revela quando o Ministro Gilberto Gil chama a atenção para a “economia criativa” como sendo a que, conjugada à cultura, abre portas para novas perspectivas de desenvolvimento econômico, que leva em conta tanto o “capital humano”, gerando emprego e renda, quanto as relações comerciais e de mercado, estabelecendo equilíbrio no conjunto.

É preciso rever o pensamento econômico convencional e avançar na idéia da construção do “capital social”, reexaminando as relações



entre cultura e desenvolvimento. O Programa Cultura Viva pretende discutir e encontrar alternativas de desenvolvimento humano sustentável junto às comunidades e movimentos sociais que visa atingir. O programa potencializa a criação e a produção local, gerando produtos culturais que vão do artesanato à produção de moda, da montagem de uma peça de teatro à produção de um audiovisual. Todos os Pontos terão condições de produzir o seu CD ou DVD, produtos que geram valor social e criam possibilidades de desenvolvimento econômico local. Caberá à rede colocar esses produtos em circulação, em um primeiro momento criando

espaços de trocas desses bens e produtos culturais entre os Pontos de Cultura.

Mas é possível ir além. Cada Ponto estará capacitado para fazer a sua página na internet e divulgar a distribuição e venda de seus produtos culturais, materiais e imateriais; com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos fazendo entrega direta, sem intermediações. Partindo deste processo, que envolve uma intensa circulação de bens culturais, podemos estar formando um mercado comercial de novo tipo, nascido do encantamento social. Da ampliação da solidariedade e da cooperação entre os brasileiros.

Notas

¹ Todas as expressões entre aspas pertencem ao discurso de posse do Ministro Gilberto Gil.

